



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

FAZER-CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DO LEGADO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Débora Ferreira da Cunha (Universidade Federal de Goiás) - debora@ufg.br

Formada em Economia pela PUC-GO, Doutora em Geografia pela UFG, Professora Adjunta da UFG/FCS

Beatriz Carolina Dara Neves Saldanha (Universidade Federal de Goiás) - BEATRIZDJ2000@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais pela UFG

Elcileni de Melo Borges (Governo de Goiás) - elcimb@uol.com.br

Formada em Economia pela PUC-GO, Doutora em Geografia pela UFG, Gestora Governamental

FAZER-CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DO LEGADO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

APRESENTAÇÃO

A Nova Agenda Urbana, pactuada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, estabeleceu orientações comuns para a urbanização sustentável pelos próximos 20 anos, visando tornar as cidades e assentamentos urbanos mais inclusivos, seguros, e sustentáveis, vista como uma extensão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Diante dos atuais desafios como pensar a dimensão urbano-metropolitana do desenvolvimento sustentável? A cidade sustentável garantindo o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos? Como aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e as gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos? considerando que nas grandes cidades, metrópoles e regiões metropolitanas se concentram acentuadas desigualdades sociais com discrepâncias ao acesso pleno à cidade.

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Produção habitacional contemporânea: impactos na reconfiguração urbana e socioespacial na Região Metropolitana de Goiânia (RMG)”, desenvolvido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapeg), surge com ele a necessidade de entender a organização e todo processo habitacional dos empreendimentos oferecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e as condições dos modos de vida e ocupação. Reconhecendo seu papel político, tendo como função amenizar desigualdades sociais, o interesse em pesquisar a produção de moradia do Programa MCMV (Faixa 1), na RMG, no âmbito da política urbana, a partir das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, tem perspectiva científica e de colaboração para a mudança social e o desenvolvimento sustentável das cidades.

Assim faz-se necessário pesquisar e analisar a produção habitacional do PMCMV e seus reflexos socioespaciais, que intensificou a construção de empreendimentos habitacionais nas extremidades das cidades e no entorno de regiões metropolitanas, distantes dos centros urbanos, gerando demanda para o poder público estender a infraestrutura para uma área além da necessária, resultando em aumento do tempo e dos custos de deslocamento da população até o trabalho, escola ou lazer, e, conseqüentemente, maior impacto na mobilidade de transportes e circulação das cidades, além dos problemas de sociabilidade e ambientais. O objetivo do trabalho firmou-se na investigação do movimento (transformação e produção) da vida coletiva nos bairros visitados, compreendendo as problemáticas existentes para a observação das redes desenvolvidas pelos moradores entre as suas relações práticas com seus arredores.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi desenvolvida através do trabalho de campo e aplicação de questionários nos empreendimentos selecionados do Programa Minha Casa Minha Vida, juntamente com o levantamento bibliográfico, reuniões presenciais e virtuais, para a compreensão da produção de moradia observada na Região Metropolitana de Goiânia. As cidades visitadas foram Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Brazabrantes, Caturai, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade, entre setembro e novembro de 2019. O projeto de pesquisa ao qual este trabalho se vincula obteve aprovação no Comitê de Ética, conforme Parecer Consubstanciado do CEP/UFG nº 3.257.243, em abril de 2019.

Os dados coletados nos trabalhos em campo para análises quantitativas, qualitativas e espacial, com apoio de entrevistas e observação participante, foram necessárias para execução da argumentação teórica. A metodologia do projeto de pesquisa está embasada em método desenvolvido no âmbito da Rede de Pesquisa Observatório das Metrôpoles/INCT/CNPq, sobre inserção urbana dos empreendimentos do MCMV, e que se fundamenta num modelo de Avaliação Pós Ocupação (APO), apurada a partir da aplicação de questionário estruturado; aprimorado com a participação da equipe do LabHab/USP, cujos resultados foram apresentados no livro “Minha Casa: e a Cidade”? (AMORE; SHIMBO; RUFINIO, 2015). A escala de análise foi definida em quatro categorias geográficas: a metrópole; o município, o empreendimento e a unidade habitacional, em conformidade a proposta apresentada por Shimbo (2015).

Para a escolha das cidades da RMG a serem incluídas na amostra, baseou-se em alguns critérios: (i) concentração de empreendimentos na faixa de 0-3 e 3-6 salários mínimos; (ii) dinâmica do município no contexto metropolitano; (iii) atuação da prefeitura (maior ou menor doação de terra, etc.); (iv) maior participação MCMV Empresarial e Entidades (autogestão). O levantamento de campo inclui o conjunto treze municípios da RMG, perfazendo um total de 38 empreendimentos, das Faixa 1 e Faixa 2 de renda do programa (inicialmente foi estipulado um percentual de unidades habitacionais em cada empreendimento); selecionados com base na análise de planilha de dados do Ministério das Cidades e CAIXA.

A partir da definição da amostra, não probabilística por conveniência, foi elaborado e revisado o questionário, visando sua adaptação a realidade local da RMG, para posteriormente realizar o trabalho de campo, implementando e aplicando os questionários, com entrevistas individuais, realizadas após o consentimento do morador para participar da pesquisa. Para uma amostra de 500 unidades habitacionais da Faixa 1 e 100 da Faixa 2 do programa MCMV, localizadas nos municípios e empreendimentos selecionados.

As entrevistas não foram gravadas, na fase seguinte, interrompida em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, com a suspensão das atividades

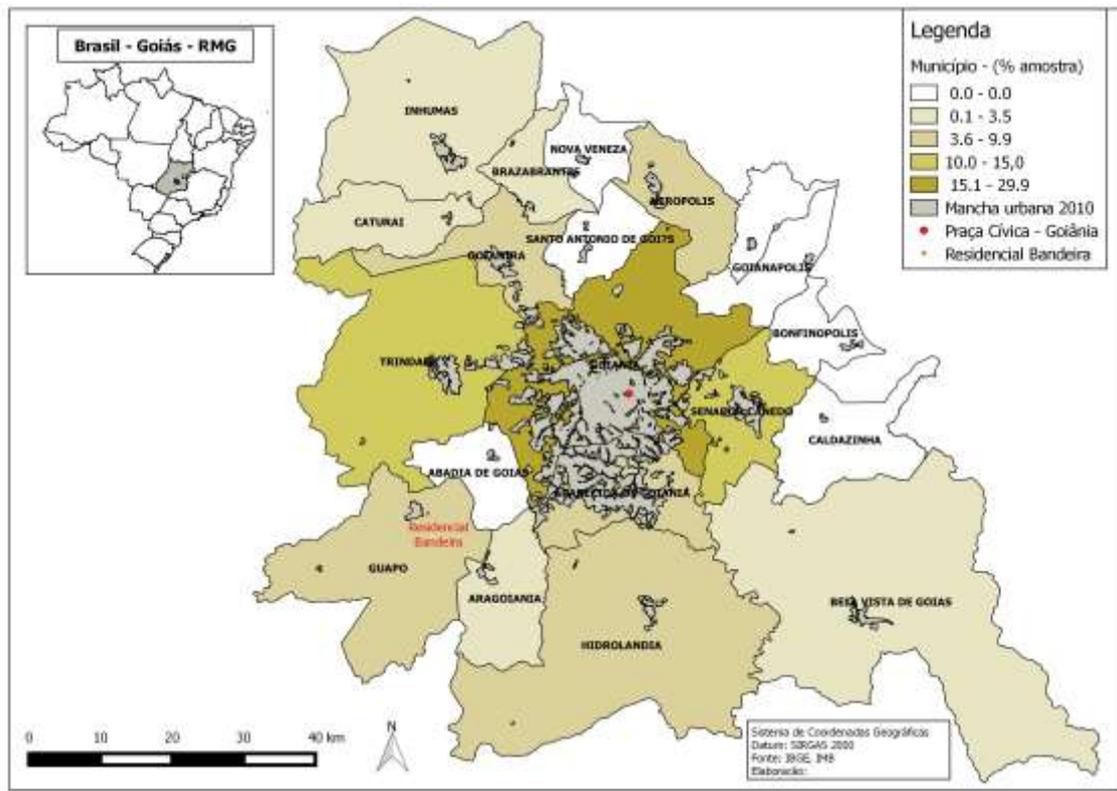
da Universidade bem como o uso dos laboratórios, seguindo as medidas de distanciamento social recomendadas pelas autoridades sanitárias e de saúde, seriam tabulados os resultados quantitativos e analisados com o apoio de software de estatística (SPSS). Todavia, tomando análise e apontamentos da pesquisa de Amore; Shimbo; Rufino (2015), evidenciou-se que dados isolados e apenas quantitativos não são totalmente eficientes para avaliar o grau de satisfação dos usuários, assim como somente pesquisas de opinião também não o são. Por isso a necessidade do cruzamento Avaliação Pós-Ocupacional com dados de aferição técnica.

Foram utilizadas, ainda, bases de dados cartográficas, com delimitação político-administrativa de abrangência municipal, com especificações de vetores gerados 1:100.000, georreferenciados no sistema de coordenadas geográficas - Datum: SIRGAS 2000, em arquivos com formatos shapefile (shp,dbf,shx), esses arquivos podem ser visualizados e editados em programas de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Foi utilizado o software livre Quantum Gis 2.12.3 (QGis) para espacialização dos dados e elaboração/organização de mapa-síntese.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada na Região Metropolitana de Goiânia, localizada no Estado de Goiás, Região Centro-oeste do Brasil. A RMG é composta por 21 municípios (GOIÁS, 2018), é a região do estado com maior a concentração populacional, econômica e urbana (IBGE, 2020). Os questionários foram aplicados em treze municípios, destacados com a porcentagem de questionários da amostra. Este trabalho analisa e discute as relações entre o Fazer-Cidade e o Direito à Cidade, a partir dos dados da amostra, coletados no Residencial Bandeira em Guapó. O município tem 14,7 mil habitantes (IBGE, 2020), distante a 28 quilômetros de Goiânia, possui 403 famílias em situação de déficit habitacional, segundo estimativa do Instituto Mauro Borges, com base nos dados do CadÚnico (IMB, 2021). O mapa da Figura 1 destaca os treze municípios da RMG, com a porcentagem de questionários aplicados na amostra.

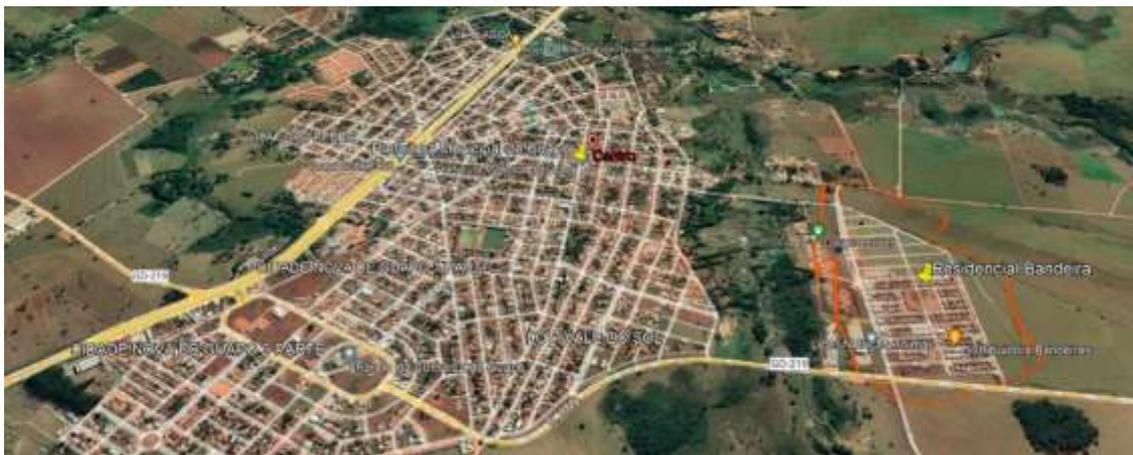
Figura 1 – RMG: municípios selecionados – Guapó: Residencial Bandeira



Fonte: Elaboração própria.

O empreendimento foi construído em parceria dos governos federal, estadual e municipal, mediante o PMCMV e o Cheque Mais Moradia. Em 2017 foi entregue a primeira etapa com 300 moradias, investimentos de 18,6 milhões de reais, beneficiando famílias com rendimentos de até três salários mínimos. Borges (2020) caracterizou Guapó o *locus* da produção autogestionária de moradia. O Residencial Bandeira foi construído em gleba localizada na Fazenda Agropecuária Bandeira, expandindo a área urbana de Guapó, está distante a mais de 40 quilômetros do centro de Goiânia. A imagem da Figura 2 mostra o Residencial Bandeira em Guapó.

Figura 2 – Guapó: Residencial Bandeira



Fonte: Google Earth, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceber a Cidade como campo fértil de estudos e investigações sociais é aceitar e compreender o estranhamento ao cotidiano de uma realidade observável, marcada por um rompimento com a ideia de um espaço heterogêneo. A Cidade, muito longe de ser um cenário dado, a qual apenas se ocupa porém não se transforma, é moldada com diversas práticas do Fazer-Cidade, exibindo múltiplos “corpos” que produzem modos de vida e a grande agência da urbanização. Com isso, e a ideia de habitar um espaço vai além de uma simples ocupação, é a produção da vida e da constituição do ser social.

Pensando a Cidade como um corpo diverso, visualiza-se vários interesses que apesar de, muitas vezes, opostos, são o que de fato mantem e perpetuam relações políticas e de poder, paramentado por um desejo pós Revolução Industrial e em uma profunda globalização a partir dos anos 1960, fortificando-se em tecnologia de ponta e um mundo ilimitado do virtual (HARVEY, 2012), o horizonte inatingível da cidade desenhado por um “espírito” da modernidade de um progresso inviável para cidades subdesenvolvidas. Não fugindo de uma lógica capitalista que estrutura os espaços sociais como campos de produção econômicos, disputas por conquistas de territórios, nos centros urbanos acabam formalizando um grande acordo entre setores públicos e privados que determinam o que vem a ser o centro/centralidade e a margem/marginalidade, entendido na maioria das cidades como espaços elitizados e espaços precarizados, facilmente observáveis através da segregação geográfica e de desigualdades.

Assim, moradores de regiões desfavorecidas apelam por autonomia em suas relações e modos de Fazer-Cidade diante da falta de acessos, infraestruturas e principalmente a ausência de políticas e atenção dos órgãos públicos responsáveis por assegurar para um amplo bem-estar social. Além da construção contínua da cidade pautada em estratégias políticas e econômicas, a elaboração desse corpo social que habitamos também é moldado por

reivindicações populares evidenciadas através de ocupações, intercâmbio entre local de trabalho ou de estudo e moradia, as redes de sociabilidade, o anseio em participar e pertencer a um determinado grupo ou lugar, interesses ideológicos e políticos, transformando culturalmente o território em que se exerce o direito à vida. Esse talvez seja o ponto de partida mais precioso para os estudos da Cidade, a manifestação da ação humana coletiva e marginalizada sob uma enorme esteira de produção da urbanização, fazendo com que movimentos plurais de conquistas espaciais, levando ao surgimento do Fazer-Cidade, corroborando para o direito a cidade.

Registros em campo mostram o que Michel Agier (2015) descreve como Direito à Cidade e seus movimentos, dos deslocamentos de moradores dos empreendimentos habitacionais nas extremidades das cidades e de formas de introdução no bairro, mas, também, do direito de estar e levar uma vida urbana, como a necessidade de escolas, creches, centros comerciais, postos de saúde, maior quantidade de linhas de ônibus e, também, a mobilidade acessível para todos os moradores.

No Brasil o programa Minha Casa Minha Vida surge como um importante motor político e econômico para a formação social urbana, incentivo por meio do Governo Federal que capacita, ainda mais, o setor habitacional como meio estabilizador da economia. Em Goiás, Moyses et al. (2013) analisaram os programas habitacionais implementados na RMG, mostrando o dinamismo do mercado habitacional, no período recente, em especial no segmento econômico, com o desempenho do Estado nas contratações do programa MCMV e Crédito Solidário (vice-líder e líder nacional), com maior contratações de empreendimentos na RMG.

O programa oferece casas/apartamentos e bairros padronizados, diferenciando-os, somente, de acordo com a faixa de renda dos moradores. Tal característica, observada em empreendimentos do programa MCMV em municípios de Goiás, na Região Metropolitana de Goiânia – maioria faixa 1 e 2, considerados baixa renda – além de carregarem uma mensagem política, como por exemplo o discurso da manutenção do Programa que muitos candidatos a cargos políticos fazem durante as eleições e conseqüentemente maior aprovação e apoio por eleitores que enxergam no MCMV como uma oportunidade do direito a moradia e conquista da casa própria, está embalada por aspectos que constituem, de fato, por um ambiente “padrão”: saneamento básico precário, a falta de escolas e postos de saúde, fraco acesso a rede de internet e telefonia, o distanciamento dos centros urbanos.

A “marginalidade” de tais bairros parece surgir antes mesmo de suas construções, construção essa que pode ser entendida como um pacto, um grande acordo entre setores que disputam o monopólio da urbanização, e por conseqüência logo após a ocupação destes, reivindicações das comunidades que ali vivem por melhores condições de moradia também tornam-se “padronizadas”, fechando mais um ciclo da produção de espaços emergentes, como ilustram as fotos abaixo da Figura 3.

Figura 3 – Residencial Bandeira: marginalidade e padronização



Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, Moyses et al. (2013) demonstram que o espaço da periferia na metrópole goiana, tem se tornado lócus privilegiado de acesso do capital imobiliário e produto habitacional recente, sobretudo pelo preço da terra, espacialmente observa-se intenso movimento desse capital em direção as cidades do entorno metropolitano, mais precisamente às margens das vias de acesso à Goiânia (Figuras 1 e 2). Um eco que percorre por todas as cidades, a luta pelo bem-estar e por direitos não se manifesta apenas de maneira verbalizada, o Fazer-Cidade, os movimentos, a sociabilidade fazem emergir as singularidades dos bairros vinculados ao programa Minha Casa Minha Vida, à medida que mesmo partindo de pressupostos de diminuição de desigualdades habitacionais e não tendo, contudo, solucionando-os, a produção de modos de vida dos moradores representa a continuidade em defender o pertencimento a uma vida urbana de forma justa.

Entre alguns trabalhos em campo, a visita ao município de Guapó, mais especificamente no Residencial Bandeira, faixa 1, caracterizou as similaridades encontradas em muitas idas à campo. O trajeto percorrido para chegar ao destino deixava evidente a margem em que o bairro localizava-se, mostrando-se, também, ser uma zona residencial nova, mesclada entre o asfalto, estrada de chão (não pavimentada) e uma boa quantidade de áreas de loteamento sem construções, contribuindo para com os vazios urbanos que formavam a paisagem. Conseqüentemente, a falta de acesso ao comércio e a estabelecimentos públicos como escolas e postos de saúde, corroboravam ainda mais para uma segregação socioespacial e desigualdades, à medida que o distanciamento às zonas urbanas acirram problemáticas sociais, que, muitas vezes, inviabilizam políticas de inclusão e acesso a direitos básicos, os circuitos estabelecidos por pessoas e famílias residentes dessas regiões ditas “marginalizadas” acabam se tornando mais difíceis, cansativos e financeiramente mais caros.

Já no Residencial Bandeira, cinco pesquisadores desceram para aplicar os questionários, marcamos de nos encontrar após o termino da pesquisa em um espaço, parecido com uma praça, centralizado entre duas quadras do bairro,

que possuía uma construção interna bastante espaçosa apenas no concreto, logo em seguida uma pessoa entrevistada informou que funcionou ali, algumas vezes, uma feira livre aos domingos, mas que o motivo e fins da construção não havia sido para tal e que a ocupação do espaço a partir da criação da feira se deu por conta do abandono e não finalização da obra pública.

Em outra aplicação do questionário, foi entrevistada uma senhora de 75 anos que morava sozinha. A dona do imóvel disse que por morara sozinha e por ter apenas familiares em Goiânia, sua vizinha era a pessoa que mais a ajudava no cotidiano, era aposentada pela prefeitura de Goiânia pelo serviço de merendeira em uma escola, recebendo um salário mínimo de aposentadoria, também contou que por nunca ter conseguido comprar nem alugar um imóvel, viveu sempre em casas de parentes e recorreu ao CRAS quando viu a oportunidade de finalmente ter a casa própria.

A casa, segundo os moradores entrevistados, possuía 44 metros quadrados, padrão de todas as outras casas construídas no bairro, exceto as que sofreram algum tipo de alteração em relação a planta original realizadas diretamente pelos moradores, e terreno, informado de forma não precisa, teria aproximadamente 200/250 metros quadrados.

A aplicação do questionário levava em média 20 à 30 minutos, sendo a primeira parte perguntas referentes a conjuntura socioeconômica do morador(es), buscando compreender a situação de moradia anterior e, em seguida, partindo para questões sobre o novo empreendimento. Em um primeiro momento uma entrevistada pareceu extremamente satisfeita com a casa, entretanto, no decorrer no questionário, sinalizou alguns problemas que vivenciava no imóvel e no bairro como a pouca ventilação, infiltração e rachaduras e poluição sonora que, de acordo com a moradora, era o que mais a incomodava à medida que por conta de problemas de saúde, sentia fortes dores de cabeça. Esse resultado confirma o que vários estudos¹ apontam sobre a produção no âmbito do programa MCMV e, de forma mais ampla, no segmento econômico habitacional no Brasil, em grande parte, de péssima qualidade urbanística e arquitetônica, além da localização dos empreendimentos (geralmente distantes dos centros urbanos), implicando alto custo social, tanto de se levar infraestrutura como serviços públicos.

Seguindo o questionário, sobre a presença dos Assistentes Sociais e as atividades, como cursos profissionalizantes, que deveriam ser ofertados por eles aos moradores do bairro, as respostas obtidas eram as mesmas em diferentes entrevistas, o trabalho de assistentes do CRAS foi realizado somente entre os dias de mudança para o outro empreendimento, evidenciando a falta de comprometimento dos órgãos públicos responsáveis por assistir e acolher a comunidade, violando acordos feitos em relação a entrega e posse das casas aos moradores. O assunto fez com que uma entrevistada comentasse sobre a possível construção de um centro de saúde no bairro prometido pelo prefeito do município, o que melhoraria muito sua vida já que não precisaria mais tantos esforços para fazer seus acompanhamentos médicos e tratamentos de saúde, realizados, até então, em Goiânia. Ao final da entrevista a senhora demonstrou

¹ Amore, Shimbo e Rufino (2015); Cardoso (2013); Moysés et. al (2013), entre outros.

felicidade em ter sua casa, o que mais a incomodava era saber e ter que conviver com o fato de não poder levar uma vida tranquila no bairro e na cidade em que morava por falta de acessibilidades, mantendo um intercâmbio constante e cansativo entre a capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de moradia estabelecida a partir do Programa Minha Casa Minha Vida evidencia problemáticas pertencentes há uma identidade social e política da história das formações dos centros urbanos brasileiros. Desde a relocação de bairros populares e pertencentes a classes sociais desfavorecidas e a ocupação informal das periferias das cidades a partir da primeira metade do século XX, desde o grande fenômeno da industrialização urbana e o aumento do êxodo rural em meados dos anos 1950, gerando desigualdades sociais como desemprego, favelização, violência, déficits habitacionais e de acessibilidade, contribuindo para o subdesenvolvimento do país e a urgência de implementação de políticas públicas que amenizem os impactos causados por anos de um processo de construção das cidades sem planejamento democrático e influência de disputas e interesses econômicos segregacionistas.

A dicotomia Margem e Centro torna-se a questão central para o entendimento desse corpo social vivo e em movimento que é a Cidade (MAGNANI, 2012). Além das questões socioeconômicas, marcadores culturais desenham a produção da vida nos empreendimentos visitados durante a pesquisa, como cada vez mais mulheres ocupando o posto de chefes da família, sendo a maioria mães solo e logo vivenciando as precariedades do bairro onde moram de forma ainda mais acentuada e desgastante. Nas entrevistas realizadas o sentimento constante de insegurança e denúncias sobre o não oferecimento de creches e escolas próximos as suas casas em que pudessem deixar seus filhos para trabalharem eram ainda mais corriqueiros e enfáticos nas conversas com as mulheres entrevistadas.

O cotidiano dos moradores idosos e de pessoas com deficiência também enfrenta as adversidades dos empreendimentos construídos sem um planejamento responsável para a melhoria da mobilidade e um amplo acesso aos estabelecimentos públicos. Nos condomínios Faixa 2 apenas distribuíram casas/apartamentos que ficavam no térreo para moradores com alguma deficiência física ou visual, porém tais proprietários reclamavam sobre a arquitetura interna dos apartamentos, o banheiro, por exemplo, sempre aparecia nos discursos como o cômodo mais desconfortável ao uso, por serem pequenos e não terem instalações de suportes de apoio e adaptadores, inviabilizando, muitas vezes, a locomoção. Esses fatores também revelam a formação de interesses e a constituição de uma sociedade que se baseia sob a consciência de hegemonia, ignorando as diferenças e as necessidades de quem habita na casa e vive na cidade, buscando a padronização dos modos de vida e, assim, acirrando as desigualdades e os problemas relacionados ao direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, UMA MARGEM EO CENTRO. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, dezembro de 2015.
- AMORE, Caio S; SHIMBO, Lucia Z. e Rufino, M Beatriz C. Minha Casa: e a Cidade? Letra Capital. Rio de Janeiro. 2015
- AMORE, Caio S. `Minha Casa Minha Vida` para iniciantes. In: AMORE, Caio S; SHIMBO, Lucia Z e Rufino, M Beatriz C. Minha Casa... e a Cidade? Letra Capital: Rio de Janeiro, 2015. p. 11-27.
- BORGES, Elcileni M. Dinâmicas do mercado imobiliário e metropolização de Goiânia: um balanço de 15 anos pós-retomada da política habitacional. Editora Appris. Curitiba. 2020.
- CARDOSO, Adauto L. (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- FRUGOLI JR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, v. 48 n. 1.
- HARVEY, David. O Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos e Estimativas. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. Regiões de influência das cidades 2018 – informações de deslocamentos para serviços de saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. GOIÁS. Déficit Habitacional com base nos dados do CadÚnico 2020. Estudos do IMB. Goiânia, maio de 2021.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor; DA PERIFERIA AO CENTRO: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- MOYSES, A.; CUNHA, Débora F. da; BORGES E. M.; MAIA, T. B. C. Impactos da produção habitacional contemporânea na Região Metropolitana de Goiânia: dinâmica, estratégias de mercado e a configuração de novas espacialidades e centralidades. In: CARDOSO, Adauto L. (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SHIMBO, Lucia Z. Métodos e escalas de análise. In: AMORE, Caio S; SHIMBO, Lucia Z e Rufino, M Beatriz C. Minha Casa... e a Cidade? Letra Capital: Rio de Janeiro, 2015. p. 29-50.
- TAVOLARI, BIANCA. DIREITO À CIDADE: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 1, pág. 93-109, março de 2016.